



DIVULGAÇÃO

O livro conta com tiragem de mil exemplares

Livro reúne memórias indigenistas no Nordeste das décadas de 70 e 80

O livro “Retomada - Memórias Indigenistas no Nordeste: uma mirada sobre o acervo do CIMI de 1978 a 1988” reúne registros das lutas dos povos indígenas do Nordeste por direitos. A obra foi lançada na terça-feira (12), no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, em Caruaru, e terá lançamento no Recife na quinta-feira (14). Com mais de 200 páginas, o livro foi organizado pelos pesquisadores e antropólogos Lara Erendira de Andrade, Manuela Schillaci e Alexandre Gomes. A publicação tem como base documentos do acervo do Conselho Indigenista Missionário, Regional Nordeste, produzidos entre 1978 e 1988. Os registros mostram processos de mobilização e reivindicação de direitos indígenas no período.O acervo apresentado no livro foi reunido ao longo dos anos.

MP destaca ilegalidade da prestação de serviços

O Ministério Público de Sergipe (MPSE) alertou sobre a ilegalidade da prestação de serviços particulares por policiais civis e militares da ativa a candidatos e partidos políticos. O órgão publicou a Informação Técnico-Jurídica para orientar a atuação dos Promotores Eleitorais e informar a sociedade. Candidatos e partidos devem verificar a regularidade dos prestadores contratados durante o período eleitoral. O alerta estende-se diretamente aos candidatos que possuem a obrigação legal de verificar a regularidade.



REPRODUÇÃO

O alerta institucional estende-se diretamente aos candidatos

Cuidadores de pessoas com autismo em pauta

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) aprovou, na reunião de terça-feira (11), proposta que assegura atendimento prioritário ao cuidador principal, acompanhante ou atendente pessoal da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A matéria também prevê a criação da Carteira de Identificação do Cuidador Principal da Pessoa com TEA (CICTEA), vinculada à Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

Maranhão libera benefício estudantil

As inscrições para o Programa Cartão Transporte Universitário começaram no Maranhão. A ação atende alunos de cursos técnicos e de graduação. Há editais para moradores de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, além de estudantes do interior e do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. O cadastro é feito pela internet no site oficial.

Educação

A rede municipal da região de Imperatriz alcançou resultados acima da média das escolas públicas do Maranhão no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Nos anos iniciais do ensino fundamental, foram 5,7 pontos, contra 5,5 do estado. Nos anos finais, a cidade registrou 4,6, enquanto a média estadual ficou em 4,5.

Ação

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) realiza uma ação da Defensoria Itinerante voltada ao atendimento jurídico gratuito das comunidades indígenas. Os atendimentos acontecem a partir das 8h, na Orla de Deda, município de Marcação, e são destinados aos moradores das aldeias Tramataia, Camorupim, Caieira, Vau e outras.

Ação da polícia

A Polícia Militar deteve 18 pessoas após uma briga combinada pelas redes sociais na orla de Boa Viagem, na Zona Sul do Recife. Vídeos publicados na internet mostram grupos trocando agressões e correria. Segundo a polícia, os envolvidos foram levados para uma unidade policial para registro da ocorrência e adoção das medidas legais.

Pesquisa

Pesquisa da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas analisou 47 estudantes que ingressaram por cotas raciais entre 2013 e 2023. O levantamento avaliou perfil socioeconômico, raça e condições de permanência no curso. A iniciativa também gerou um projeto de extensão com 222 alunos de escolas públicas.

Prêmio

A Universidade Federal do Ceará prorrogou até o dia 17 de agosto as inscrições para o Prêmio UFC, Ciência e Sociedade 2026. A seleção reconhece os trabalhos a serem apresentados nos Encontros Universitários, de 4 a 6 de novembro, em Fortaleza, no Campus do Pici. Podem participar estudantes, formados e servidores da instituição.

Indicações

O Ministério Público Federal em Alagoas recebe até 31 de agosto indicações de áreas para recuperação de manguezais. A ação busca viabilizar o replantio de 42,99 hectares restantes da compensação ambiental ligada ao caso Braskem. Podem participar órgãos públicos e entidades com informações sobre locais aptos à restauração.



Plenário deu aval ao texto do acordo de renegociação da dívida

Senado aprova empréstimos para energia no Nordeste

Créditos incluem projetos de energia renovável para melhorar negócios

O Plenário do Senado aprovou 3 operações de crédito externo que somam até US\$ 1,167 bilhão para financiar projetos de investimentos sustentáveis, energia renovável e melhoria do ambiente de negócios. Também foi autorizada a regularização de um acordo de 2004 sobre uma dívida da Bolívia com o Brasil de cerca de US\$ 50,8 milhões.

A maior operação prevê empréstimo de até US\$ 1 bilhão entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Eco Invest Brasil. O programa busca atrair recursos privados, principalmente do exterior, para projetos sustentáveis e de transição energética. O programa usa recursos públicos para reduzir riscos.

Outra operação autoriza até US\$ 67 milhões para o Banco do Nordeste, com garantia da União. Metade do valor será financiada pelo BID e a outra parte pelo Fundo de Investimentos Climáticos. Os recursos serão destinados à integração de fontes de energia renovável no Nordeste.

O relator, senador Camilo Santana, destacou a necessidade dessas estruturas para ampliar o aproveitamento da produção de energia solar e eólica.

A terceira operação envolve US\$ 100 milhões entre a União e o BID. O dinheiro será utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços em medidas para aumentar a competitividade e melhorar o ambiente de negócios no país.

Também foi aprovada a medida relacionada à dívida da Bolívia. O acordo de 2004 previa a reestruturação de um débito de cerca de US\$ 50,8 milhões com o Brasil. Na negociação, mais de 95% do valor devido havia sido perdoado. A autorização do Senado trata das condições financeiras da renegociação e permite a regularização do acordo.

O tema foi relatado pelo senador Carlos Fávaro. O acordo envolve uma dívida formada há cerca de 20 anos e estabelece as condições para que a Bolívia regularize o compromisso com o Brasil.

As operações de crédito foram enviadas ao Senado pelo Executivo e analisadas antes da votação em Plenário. Com as autorizações, os recursos poderão ser contratados conforme as condições previstas em cada operação. Os financiamentos têm finalidades distintas e estão concentrados em investimentos, energia renovável.